

Sistemas e Serviços de Saúde

1 – Introdução – de uma maneira geral existem em todo e qualquer país, *organizações ou estruturas destinadas a promover, proteger e recuperar a saúde da população*. Estas instituições podem ser classificadas em três tipos fundamentais, que de uma certa maneira, podem ser criadas com a finalidade de melhorar as condições de saúde da população, mesmo que na prática, na maioria das vezes esses objetivos não sejam alcançados, especialmente pelos indivíduos mais carentes. Estas organizações são:

I - Hospitais - estruturas responsabilizadas pela assistência médica a pacientes internados e o atendimento da demanda ambulatorial.

II - Serviços de Saúde Pública – organizações convencionais e geralmente estatais, que executam ações objetivando a prevenção de enfermidades transmissíveis e exames periódicos em crianças (serviços de puericultura), adolescentes e gestantes.

III - Serviços de Assistência Médica – esses elementos constituídos são realizados por postos e centros de saúde, voltados para atividade ambulatorial e curativa, destinados a um grupo de indivíduos ou a uma comunidade.

A denominação sistemas de saúde é muitas vezes utilizada para serviços de assistência médico-hospitalar, ou seja, grupos de assistência para doentes ou de controle de enfermidades. Dessa maneira, essas atividades não chegam, rigorosamente, a fazer parte de sistemas e serviços de saúde, uma vez que a preocupação pela saúde é diminuta quando comparada com a preocupação pela doença, a incapacidade e a morte.

Um modelo de prestação de serviços foi instituído no Brasil, e na maioria dos países subdesenvolvidos, com características semelhantes, embora não formalmente proposto com esse objetivo e mesmo sendo duramente criticado nas últimas décadas, vem se perpetuando no perpassar dos tempos. Há críticas quanto ao seu funcionamento, visto que os princípios norteadores de sua implantação sempre foram *o privilégio do curativo sobre o preventivo, do complexo subestimando o simples, de grandes estruturas dominando as pequenas, do hospital sobrepujando o centro de saúde e do especializado em detrimento ao geral*. Numerosas publicações no País apontam para as incoerências deste modelo e como não poderia deixar de ser, o seu financiamento sempre foi problemático. A ênfase atual na edificação de uma rede de serviços de atenção primária, mais visível a partir da década de 1.970, e consubstanciada pela reunião de Alma-Ata, é uma tentativa de equilibrar a oferta com relação às necessidades.

Entretanto, as modificações que estão constantemente ocorrendo no perfil epidemiológico das populações e a acumulação de conhecimentos sobre os fatores determinantes de saúde, direcionam para a necessidade de conceber e desenvolver, de forma efetiva, verdadeiros sistemas e serviços de saúde voltados para as populações. *Dessa maneira, é necessário identificar e determinar os limites e possibilidades do sistema da doença (sistema de assistência médico-hospitalar) e construir sistemas e serviços de saúde, objetivando uma integração de ações preventivas e curativas, e assim integrando as ações de promoção da saúde.*

Os serviços sanitários fazem parte do meio social onde vivem as pessoas, sendo um dos elementos que pode alterar a frequência e a distribuição dos agravos à saúde, bem como melhorar a qualidade de vida de uma comunidade. O perfil de morbidade da população deve ser um dado epidemiológico capaz de determinar, em grande parte, o tipo, a quantidade e a distribuição de serviços colocados à disposição da coletividade, objetivando manter ou melhorar o seu nível de salubridade. Para o bom funcionamento dos serviços de saúde duas premissas são fundamentais:

I - Os serviços de saúde devem ser em número suficiente, para que as pessoas os utilizem sem atropelo e, para isto, é conveniente que estejam estrategicamente localizados e acessíveis à clientela que realmente deles necessita, da mesma maneira que qualquer outro serviço essencial, como escolas, segurança, meios de transportes, entre outros.

II - Além de existirem em números suficientes, adequadamente distribuídos, estarem de acordo com as necessidades e expectativas da população, os serviços deve ter a capacidade de resolver os problemas de saúde, razão própria das suas existências.

2 – Definição – denomina-se sistema e serviços de saúde um conjunto de regras orientadoras de atividades desenvolvidas por serviços organizados pela sociedade, sob a forma mais ou menos complexa de agentes prestadores de cuidados sanitários, com a finalidade de preservar ou restaurar a saúde da população, ou mesmo minimizando o efeito das doenças sobre os indivíduos. Esses serviços dependerão em grande parte de sistemas políticos, sociais e econômicos dominantes onde se encontra inserido, ou que assenta suas raízes.

Portanto, serviço de saúde é um termo genérico, dado ao local destinado à promoção, proteção ou recuperação da saúde, em regime de internação ou não, qualquer que seja o seu grau de complexidade. Na realidade, esses serviços são classificados em grandes grupos, de acordo com suas finalidades:

I - À prestação de assistência, direta à saúde das pessoas (em hospitais, postos e centro de saúde, clínicas, consultórios e outros).

II - As ações sobre o ambiente, a fim de controlar os fatores que exerçam efeitos prejudiciais à saúde, como por exemplo, as questões relativas ao saneamento geral e básico (uso de água potável e destino adequado dos dejetos), entre outros.

Nota – este texto é, na realidade, uma breve introdução, por isso queremos esclarecer aos interessados no assunto, que para obter o texto na íntegra (total), basta solicitá-lo, que atenderemos todos os pedidos e enviaremos os mesmos pelos Correios e Telégrafos; portanto, entre em contato conosco através dos nossos telefones ou e-mail.

À Direção.

Maceió, Janeiro de 2.012

Autor: Mário Jorge Martins.

Prof. Adjunto de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).

Mestre em Parasitologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Médico da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).